

A Lei de Baker

(A Lei de Saúde Mental da Florida)

A Lei de Baker foi assim nomeada após Maxine Eldridge Baker, ex-representante do Condado de Dade na Casa dos Representantes da Flórida, ter proposto e defendido a legislação por sete anos antes de sua aprovação em 1971 e promulgação em 1972. A Sra. Baker acreditava que as leis de Saúde Mental da Flórida anteriores (que antes de 1971 não haviam mudado significativamente em quase um século) privava os cidadãos com problemas de saúde mental de sua liberdade, confiando-os a instituições e diluindo o direito ao devido processo, mesmo quando não havia nenhuma indicação de que eram um perigo para si ou para outros.

Pessoas com doenças mentais têm direito à dignidade individual, ao tratamento sem demora, sem consideração da incapacidade da pessoa para pagar, sem consentimento expreso e informado, um tratamento humano e hábil (médico, profissional, social, educacional e de reabilitação) adequado às necessidades da pessoa, o direito de comunicar-se com os outros (seja pessoalmente, por telefone ou e-mail) e relatar abuso, o direito de votar nas eleições se forem eleitores qualificados, o direito de manter as suas coisas pessoais (incluindo roupas) se forem considerados seguros e não proibidos por razões médicas, o direito de ter seu caso reexaminado pelo tribunal para determinar se a sua detenção ou negação de direitos ou privilégios é justa (habeas corpus), planejamento e tratamento para alta, o direito de ser livre de má conduta sexual dos membros da equipe, o direito a um representante, o direito à confidencialidade e ao direito de ser livre de violações dos direitos ou privilégios na Lei Baker.

A Lei Baker delinea as condições em que um doente mental (ou pessoa que se presume ser doente mental) possa ser forçado a passar involuntariamente por um exame em um estabelecimento local para doentes em crise ou um hospital. O paciente que precisar ser protegido pela Lei Baker deve ser um perigo para si mesmo ou

¹ Departamento de Crianças e Famílias, Manual Lei Baker 2014: Guia de referencia de Uso da Lei de Saúde Mental da Florida

para os outros, como resultado de estar mentalmente doente e não estar disposto ou não ser capaz de dar o seu consentimento para o tratamento voluntário. A avaliação involuntária pode demorar até 72 horas e pode ser iniciada por:

Um cônjuge, tutor, parente, prestador de serviços que tenha conhecimento pessoal da alegada doença mental do paciente, disposto a apresentar uma declaração juramentada / petição explicando por que o paciente deve ser avaliado involuntariamente. Se a pessoa que concluir a petição não for parente ou prestador de serviço, a petição deverá ser preenchida por até três adultos. Se o paciente que está sendo avaliado é involuntariamente um menor, o pai, guardião legal/custodiante ou um prestador de serviços deve concluir a petição. A petição deve ser arquivada no escritório do secretário do Tribunal de Justiça, no município onde a suposta pessoa mentalmente doente estiver residindo.

Um profissional da saúde que acredite que o paciente atende às diretrizes da Lei Baker e o agente da lei que transporta o paciente à unidade de recepção.

Um policial que acredite que o paciente cumpre os critérios e leva essa pessoa a um estabelecimento local para doentes em crise.

Se, a qualquer momento durante a avaliação de 72 horas, determinar-se que o paciente não é uma ameaça para si ou para outrem, ele ou ela deve ser liberado. Esse paciente pode concordar com o tratamento em regime suplementar de internação ou pode ser encaminhado para tratamento ambulatorial. No entanto, se o paciente for incapaz ou não consentir sua colocação em regime suplementar de internação, é necessário que os profissionais de saúde entrem com uma petição para que o paciente continue em regime suplementar de internação e uma audiência será realizada no prazo de cinco dias. Um advogado será nomeado para qualquer paciente contra quem uma Petição para Internação Involuntária é impetrada. O paciente pode ser internado (contra a sua vontade) em

¹ Departamento de Crianças e Famílias, Manual Lei Baker 2014: Guia de referencia de Uso da Lei de Saúde Mental da Florida

uma instituição por até seis meses, pois enquanto ele ou ela recebe tratamento para a doença mental, o tribunal, com base no depoimento de um especialista, poderá determinar se o paciente necessita de tratamento involuntário.

Se o paciente for considerado incompetente para consentir o tratamento, o tribunal designará um curador (Estatuto da Florida 394.4598) para tomar decisões relativas às questões de saúde e de saúde mental, se um julgamento de incapacidade já não estiver em andamento e se o paciente não tiver ninguém com autoridade para tomar essas decisões. O advogado responsável é obrigado a fazer o curso aprovado pelo tribunal antes de exercer qualquer autoridade. O curador é liberado no momento em que o paciente recebe alta da internação involuntária para a internação voluntária ou quando for dispensado do tratamento involuntário.